



## A EDUCAÇÃO PÚBLICA EM PELOTAS-RS (1940-1970): PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE “MUNICÍPIO PEDAGÓGICO”

Taiani Rodrigues Corrêa

Universidade Federal de Pelotas  
[taianircorreia@gmail.com](mailto:taianircorreia@gmail.com)

Giana Lange do Amaral

Universidade Federal de Pelotas  
[gianalangedoamaral@gmail.com](mailto:gianalangedoamaral@gmail.com)

**Resumo:** A presente comunicação faz parte de um estudo de doutoramento, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas – PPGE/FAE/UFPel - que propõe a análise do desenvolvimento da educação pública municipal pelotense entre as décadas de 1940 e 1970 e utiliza a categoria “município pedagógico” proposto por Magalhães (2009), Magalhães e Adão (2014) e Gonçalves Neto (2009). Será apresentada uma aproximação inicial com esta categoria que muito pode vir a respaldar questionamentos inerentes construção da tese. Torna-se importante ressaltar que neste trabalho, o município de Pelotas, RS, é compreendido como um território educativo com singularidades históricas que dão sentido a encaminhamentos educacionais e que constituem identidades próprias estabelecidas pelo nível micro e macro de decisões. O conceito de município pedagógico abrange:

uma perspectiva interdisciplinar, que toma a história como abordagem principal e que congrega a multidimensionalidade do complexo básico municipalização-estatização-modernização, como objeto epistêmico da história, da geografia, da pedagogia, da administração, da cultura escrita, da demografia. Assim, tendo o município como unidade de observação, registro e abordagem, e constituindo-o como objecto epistêmico histórico, pedagógico, social, administrativo, governativo (MAGALHÃES; ADÃO, 2014, p. 8).

O município torna-se, então uma unidade de observação, onde as práticas e representações que envolvem o campo educacional possuem múltiplas dimensões interpretativas que vão de contextos de abrangência macro (como está posto na legislação educacional do país) ao micro (a realidade municipal, suas instituições educacionais, os processos e contextos que envolvem os sujeitos educacionais) que estão em constantes renovações e transformações. Segundo os autores, o uso da categoria município pedagógico, possibilita a compreensão histórica inerentes ao processo educacional. São apropriações, ações objetivas e subjetivas, geopolíticas, sociais e culturais que permitem abordagens de caráter mais voltado ao caráter identitário do município. A pesquisa insere-se na perspectiva da História Cultural (Michel de Certeau, Roger Chartier) campo da história que, ao longo do século XX, tem ampliado suas áreas de estudo e as formas de compreender e construir a História. Para tanto, é preciso ter claro que a História Cultural “tem como principal objeto identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1990, p.16-17). Assim, buscamos abordar a temática constituição do município pedagógico na cidade de Pelotas-RS, na perspectiva da História Cultural, tendo por aporte teórico a contribuição de Roger Chartier na elaboração das noções complementares de “práticas” e “representações”. Segundo Chartier (1990), as práticas referem-se às ações concretas dos indivíduos dentro de uma sociedade. No contexto do "município pedagógico", as práticas podem ser entendidas como as atividades desenvolvidas dentro do sistema educativo municipal: a implementação de políticas públicas, o modo como as escolas eram geridas, os métodos pedagógicos aplicados, as interações entre docentes, alunos e a comunidade, assim como, as práticas administrativas da Secretaria Municipal e demais esferas que compuseram a Educação neste período proposto para estudo. Em relação às representações, Chartier (1990) destaca que são por meio dos discursos, dos símbolos e das imagens que a sociedade se utiliza que é dado sentido à sua prática. De tal modo, as aproximações iniciais na análise de fontes documentais (jornais, decretos e editais municipais), têm possibilitado seguir os vestígios históricos (Ginzburg, 1990), visando situar os sujeitos sociais envolvidos no processo educativo, assim como,

compreender a categoria de município pedagógico na periodicidade proposta. De acordo Vicente; Amaral (2018, p.889): Pode-se considerar que, principalmente a partir da década de 1940, no Rio Grande do Sul, os municípios passaram progressivamente a se responsabilizar pelo ensino primário, até que, em 1971, esse passou a ser obrigação municipal, dever que, na prática, continua a ser dividido com a instância estadual. “Neste processo histórico os municípios foram um agente, um referente, mas também um produto fundamental, como indiciam e testemunham as memórias, a topografia, a documentação arquivística, museológica e patrimonial” (Gonçalves Neto, Magalhães, 2009, p.6). Um dos vestígios encontrado foi o Decreto municipal nº 78 de 4 de novembro de 1944, que trata do Estatuto interno das escolas isoladas da cidade de Pelotas, que dispõe de normativa que estabelece políticas públicas educacionais propostas para o território local. Para tanto, o estudo das políticas educacionais municipais, estaduais e federais são de suma importância neste estudo, a fim de compreender a influência do poder local nas decisões educacionais e as possíveis intervenções das demais instâncias constituídas. Nesta comunicação, o aporte teórico é de real significado, pois através dele, será possível agregar diálogos com o estudo em questão, sem a pretensão de esgotá-lo, mas de concebê-lo como sustentação da escrita da tese. Os estudos De Amaral (2003, 2018); Vicente (2018); Chartier (1990, 1999); Certeau (1994, 2000); dentre outros que se somarão a este dissertar pela construção da tese, são referenciais de grande relevância na análise deste espaço tempo que nos apresenta as relações necessária neste constituir historiográfico. Assim, como nos apresenta Gonçalves Neto; Magalhães (2009, p. 6) “historiar a educação, muito particularmente no espaço municipal, é reconstituir um processo sócio-cultural de mediatização, formação e construção que marcou profundamente os destinos e as identidades, nos planos individual, social, institucional, organizacional.” Ao partir desta premissa, busco compreender como dadas práticas educativas (atividades curriculares, extracurriculares exercidas pelos professores, alunos e comunidade escolar) e políticas públicas municipais se constituíram em âmbito local, através dos contextos históricos e culturais específicos durante esse recorte temporal. Busco também analisar os possíveis avanços, retrocessos, e as consequências que ecoam nos espaços sociais e educativos em Pelotas. Gonçalves Neto; Magalhães (2009, p.21) afirmam que: “se a tentativa de se compreender a História da Educação brasileira, por exemplo, por meio da legislação e das discussões educacionais aí realizadas é pertinente, não se pode esquecer que boa parte do perfil educacional dos estados não se encontra apenas nessas determinações legais, mas também na própria forma de encaminhar a

educação adotada em cada município. Ao estudar essa periodicidade histórica, serão situados no decorrer do processo de pesquisa, as barreiras e o percurso investigativo através de vestígios dos autores que percorreram parte deste trajeto, a fim de compreender e aprofundar as intencionalidades na constituição do município pedagógico no contexto pelotense”. Inseridas em contextos geográficos e em tempos históricos marcados por fatores de natureza sociocultural, conjunturas e circunstâncias históricas específicas, estas instituições, se bem estruturadas por uma matriz de base e perseguindo objetivos comuns, existem de forma própria e este quadro existencial fomenta representações e apropriações, elas mesmas diferenciadas (Magalhães, 2004, p. 69).

E, nesse sentido, que se considera relevante o estudo da educação municipal alicerçado pela categoria “município pedagógico”, para compreender os espaços, as singularidades e as instituições, articulados aos diferentes agentes educativos e estruturantes das identidades, culturas locais e regionais, que refletem deliberações e estruturas educacionais propostas em nível nacional.

**Palavras-chaves:** História da Educação, Município Pedagógico, História Cultural, Escolas Isoladas, Pelotas.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Giana Lange do. **Gatos Pelados x Galinhas Gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas.** (Décadas de 1930 a 1960).2003. 338f. Tese (Doutorado em Educação) -Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Porto Alegre, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano – Artes de fazer.** Tradução de Ephraim Ferreira Lopes. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** Tradução de. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 80 p.

GINZBURG, C. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário.** In: GINZBURG, C. Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 143- 275.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **O município liberal e a decisão política**. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique (Orgs.). *Ação municipal e educação na Primeira República no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. p. 37- 46.

MAGALHÃES, Justino; ADÃO, Áurea (Org.). **Os municípios na modernização educativa**. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014. (Coleção Estudos e Ensaios). Disponível em: <[www.ie.ulisboa.pt](http://www.ie.ulisboa.pt)> Acesso em 07 set.2015.

MAGALHÃES, Justino; ADÃO, Áurea. Os municípios na educação e na cultura. *Revista Interações*, v. 11, n. 35, p. 1-2, 2015. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/issue/view/448>>. Acesso em 07 ago. 2024.

NETO, W. G., & MAGALHÃES, J. (2009). **O local na história da educação: o município pedagógico em Portugal e Brasil**. In M. M. Araújo (Org.), *História(s) comparada(s) da educação* (pp. 161-198). Brasília: Liber Livro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Decreto- Lei nº 78**. Dispõe sobre o Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Município. Aprovado em 4 de novembro de 1944. Pelotas: 1945. (Almoxarifado Municipal).

VICENTE, M. DE A., & AMARAL, G. L. DO. (2018). **Grupos Escolares e Escolas Isoladas em Pelotas-RS: o Decreto nº 78, de 4 de novembro de 1944**. *Cadernos De História Da Educação*, 17(3), 897–917. <https://doi.org/10.14393/che-v17n3-2018-16>